

**FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA – FARESC
IN LITTERAS – REVISTA DOS CURSOS DE LETRAS E PEDAGOGIA**

**ABUSO SEXUAL: A ESCOLA COMO AGENTE DE PREVENÇÃO E
INTERVENÇÃO**

LIMA, Andréia Ferreira¹

SILVA, Joyce Caroline Soares da²

Orientadora: DAL FORNO, Marcia Rakel Grahl³

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre o abuso sexual infantil e as influências na aprendizagem, bem como a responsabilidade da escola diante deste problema presente na sociedade. O artigo fundamenta-se em referências bibliográficas e aborda o conceito histórico de infância, violência e o quão importante é a escola estar frente a esse problema; a importância dos educadores para identificação, prevenção e intervenção diante do fato. Lamentavelmente, observa-se que esse ato tem-se mostrado com números significativos de denúncias, que remete-nos a pensar que uma das possíveis explicações se dá pelo fato das pessoas terem acesso as informações com maior facilidade atualmente, o que justifica tratar do tema com maior rigor e responsabilidade, para que a disseminação destes dados bem como das formas de intervir e prevenir possam ajudar toda a população a não se omitir frente a situações de violência que venham a presenciar e/ ou desconfiar. Destaca-se que na maioria das vezes o abusador está muito próximo da criança, sendo ele muitas vezes um familiar ou amigo da família. O artigo ressalta que além da família, o segundo maior contato da criança é a escola, por passar grande parte do seu tempo diário. O professor precisa estar atento a todos os momentos e a quaisquer atitudes do aluno que possam gerar algum tipo de suspeita de que está sofrendo abuso sexual, de modo a buscar a intervenção do problema. Após a identificação, salienta-se que a escola precisa direcionar o indivíduo aos órgãos responsáveis como: Conselho Tutelar, Rede de Proteção, Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes (NUCRIA), entre outros. Então, é importante proporcionar formações aos profissionais para que os mesmos possam fazer um trabalho eficaz, visando amenizar o número de casos de violência sexual.

Palavras-chave: Abuso sexual. Prevenção. Intervenção.

1 INTRODUÇÃO

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

²Acadêmica do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

³Doutoranda em Educação: Políticas Públicas (UTP). Mestre em Educação: Políticas Públicas (UTP). Graduada em Pedagogia pela UFPR. Professora das Faculdades Santa Cruz de Curitiba.

Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo o abuso sexual infantil e seu impacto na aprendizagem da criança em fase de escolarização, bem como, a importância da atuação dos profissionais da educação na identificação e intervenção.

Infelizmente, os dados revelam que na sociedade atual, o abuso sexual infantil configura-se como uma prática frequente em nosso meio. O abuso sexual é uma das diversas formas de violência presentes na atualidade e pode ser caracterizado como toda forma de contato contra a vítima que não seja concedido por sua vontade. Segundo Borges e Aglio (p.30, 2008), dentre essas vítimas, a maioria são crianças na faixa etária de 02 a 14 anos.

Evidenciou-se também, que além do perfil das vítimas serem na grande maioria crianças, que essa prática de violência ocorre em diversos ambientes, desde escolares até na própria casa da vítima, e, ainda, que o ato de violência é praticado em grande proporção por familiares e/ou amigos íntimos da família.

A criança que sofre esse tipo de violência pode desenvolver, como consequência, diversos problemas envolvendo fatores psicológicos, cognitivos, emocionais, sociais entre outros, e prejudicando severamente sua aprendizagem, pois todos esses fatores são indispensáveis para um resultado efetivo.

Neste contexto, é importante ficar atento ao fato de que na maioria das vezes a vítima não consegue expor para ninguém o que passou ou ainda está passando, sendo diversos os motivos, inclusive ameaça por parte do agressor.

Diante disso, se faz necessário àqueles que convivem com a criança observar atitudes, sinais, indícios de que algo está errado, aproximando-as para que sintam confiança e segurança para contar o que está acontecendo. Como na maior parte do tempo elas passam no ambiente escolar, este pode ser um dos locais que a criança identifique como oportunidade de ajuda, e é por esse motivo que se faz necessário entender o papel da escola diante deste problema.

Portanto, esta pesquisa se justifica devido ao objeto de estudo se caracterizar como um grande problema da atualidade e apesar de não se tratar de um tema diretamente ligado à prática docente, interfere de forma incisiva no processo de aprendizagem, o que leva à necessidade de disseminar e desenvolver mecanismos de sensibilização, identificação e instrumentalização de todos os profissionais da educação para contribuir nas ações de prevenção e combate a este tipo de violência, com foco na garantia da aprendizagem plena de cada indivíduo.

A escola como *locus*⁴ do conhecimento, mas também como espaço de relações sociais, constitui-se diante de grandes desafios e possibilidades. No caso das vítimas de abuso, os profissionais da educação precisam cautelosamente pensar na forma de trabalho, desde a hipótese de existir uma criança que sofreu alguma violência, bem como nas possibilidades concretas de identificação e, não menos importante, na forma de conduzir o trabalho após a comprovação. Nesse sentido é preciso entender que mesmo após a descoberta do problema são necessárias ações minuciosas e bem planejadas para não colocar em risco uma possível investigação do agressor, além do cuidado em não expor a família e principalmente a criança.

Dependendo da situação de violência sofrida pela criança, a família ou os próprios órgãos responsáveis optam por não tirá-la da escola em que está matriculada, para não expô-la e também para que ela não se sinta ainda mais desconfortável com a situação. Então, os profissionais da educação, além do olhar e dessa maior aproximação com os indivíduos, precisam estar preparados para saber a quem recorrer após a identificação do caso de abuso, pois a situação vai muito além de um atendimento pedagógico. Para esses casos, existem órgãos responsáveis como Conselho Tutelar, Rede de proteção, Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes (NUCRIA), as Unidades de Saúde, entre outros; além da área legislativa, como o Estatuto Da Criança e do Adolescente e Constituição Federal, que vem para respaldar todo ato tomado diante a situação.

Nesta via de raciocínio, coloca-se como questão problematizadora desta investigação: A escola na sua responsabilidade primeira, que é a formação dos indivíduos, configura-se como uma possibilidade crucial para combater este tipo de problema na sociedade?

É preciso destacar que não é da esfera escolar resolver essa situação sozinha, mas é dever de todo cidadão, segundo a Constituição Federal, denunciar qualquer tipo de violência contra a criança e ao adolescente. Por isso, a escola, como uma das instâncias de maior relevância social, precisa identificar-se como responsável e realizar os encaminhamentos aos órgãos competentes, bem como monitorar o andamento do caso por meio do acompanhamento pedagógico da criança.

Diante de todo o contexto apresentado, esta pesquisa traz a importância da relação de todos os profissionais da educação envolvidos na identificação e superação do abuso sexual infantil, considerando a proximidade dessa relação duradoura, pois os indivíduos envolvidos passam maior parte do seu dia-a-dia no ambiente escolar.

⁴ Locus: uma palavra do latim, que significa literalmente “lugar”, “posição” ou “local”

Esta investigação tem como objetivos específicos explicar conceitos do que é infância, bem como seus direitos para que haja uma conscientização sobre situações de abuso e violência. Outro objetivo é descrever as formas de violências existentes, dentre elas o abuso sexual infantil, e analisar as consequências causadas na aprendizagem da criança que sofreu o abuso, bem como mostrar a importância dos profissionais da educação para o envolvimento no caso, apresentando medidas e atitudes para a identificação e superação do fato, pois será necessário todo um trabalho com essa criança depois do ocorrido.

Esta pesquisa concretizou-se por meio da coleta de dados em livros, revistas, documentos legislativos, artigos científicos e teses de doutorado, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa, bibliográfica.

2 CRIANÇA EM SEUS DIFERENTES ASPECTOS DE INFÂNCIA

A criança é um indivíduo de direitos e deveres como qualquer outra pessoa. Com o passar do tempo, ela adquiriu seus espaços na sociedade; espaços esses que principalmente na idade medieval, não eram reconhecidos. Nesse cenário, a criança não tinha infância e era tratada como adulto, até suas vestes eram totalmente diferentes de vestimentas infantis. Frente a esse histórico Fortunato (2016, p. 42) “no século XVI, antes mesmo de o conceito de infância ser divulgado como uma das etapas de vida, a idade da criança não determinava o estatuto ou papel social que ela ocupava”.

A infância não era reconhecida no período medieval, a criança era tratada somente com cuidado e como um ser que gostava de receber graça daqueles que faziam parte do meio em que ela vivia, mas os seus valores e seus direitos não existiam. A aprendizagem era realizada por meio dos próprios familiares, sem qualquer contato com o grupo escolar, pois a criança não tinha sua identidade reconhecida pela sociedade como um ser em desenvolvimento. Nessa linha histórica, Aires destaca que:

A criança muito pequenina, demasiado frágil ainda para se misturar à vida dos adultos, “não contava”: essa expressão de Molière comprova a persistência no século XVII de uma mentalidade muito antiga. O Argan de *Le Malade imaginaire* tinha duas filhas, uma em idade de casar e a outra, a pequena Louison, mal começando a falar e a andar. Argan ameaçava pôr a filha mais velha em um convento, para desencorajar seus amores. Seu irmão lhe diz: “De onde tirastes a ideia, meu irmão, vós que possuís tantos bens e tendes apenas uma filha – pois não conto a pequena – de mandar a menina para um convento?” A pequena não contava porque podia desaparecer (ARIÈS, 1986, p. 157).

Com o passar do tempo, a criança começou a receber mais cuidados, principalmente de seus familiares. Cuidados esses de fatores como higiene bucal, corporal e saúde que

começaram a ser prioridade na vida delas, favorecendo assim uma melhor qualidade de vida e um olhar diferenciado sobre a criança. Segundo Fortunato (2016, p. 45) “a família então começou a se organizar em torno da criança e lhe atribuir uma importância até então desconhecida, numa trajetória de saída de seu antigo anonimato, mas com fortes indícios moralistas, higienistas e segregadores”.

Como se pode perceber anteriormente nos relatos sobre a criança e sua infância, ela passou por um contexto histórico no qual não tinha direitos diante de uma sociedade em que se pensava que todos deveriam ser tratados da mesma maneira. Um fator importante a se relatar era que quando se entrava na fase juvenil, a criança era ensinada a fazer trabalhos de adultos, servindo de apoio nos afazeres familiares e também para as indústrias. Como respalda Fortunato (2016, p. 44), “crianças de todas as idades ocupavam seu lugar social, ora desempenhando seu papel em uma festa tradicional ou trabalhando como aprendizes em um ateliê [...]”.

O conceito de criança passou por vários momentos históricos. No princípio, ela era excluída de qualquer valor, não tinha um olhar diferenciado, não era reconhecida como um sujeito de valores, não tinha infância; infância essa que foi se adquirindo com o passar dos anos, com a mudança de questões culturais, sociais e econômicas, e então a infância se fez presente na vida da criança. “O significado de infância está sujeito a um processo constante de negociação” como relata Buckingham (2002 *apud* FORTUNATO, 2016, p. 47).

Para obter o conceito de infância atual, foi preciso realizar um trabalho com profissionais que entendiam as necessidades da criança, além de muitas ciências biológicas e humanas como a Psicologia, a Pedagogia, a Sociologia, a Medicina, que constroem e definem, de forma eficaz, o que significa ser criança.

Quando se pensa em infância, o leque precisa ser aberto para a diversidade em que esse contexto está inserido. Diante do que relata Bazílio e Kramer (2011, p.48), “[...] tratando do que se conhece das crianças, do olhar da infância e do mundo que lhes é dado a conhecer, significa aprofundar o conhecimento sobre as questões relativas à situação política e econômica [...]”, é preciso observar a infância na sua totalidade, pois é o início da construção do sujeito. Seu desenvolvimento se dá como o ponto de partida nas primeiras fases da vida que é a infância, quando se constroem os seus valores, sua moral e ética, fazendo assim formação de cidadãos de uma sociedade democrática, lutando por seus direitos e deveres sociais.

De acordo com estudos, questões como: cognitivo, aprendizagem, o social, e a saúde, também eram muito importantes na formação do sujeito ainda na infância. Segundo Leontiev

(1998) *apud* (FORTUNATO, 2016, p. 48), “[...] a infância é o período da vida em que o mundo da realidade humana que cerca a criança abre-se cada vez mais para ela”. Pode se dizer que é na infância que a criança representa o mundo como ela vê, é quando ela, com toda a sua transparência, reitera o meio em que ela vive. Diante da perspectiva apresentada, a infância é tão importante quanto a fase adulta. A infância é um caminho a ser trilhado, é obrigatória, pois é necessário passar por todas as fases, devido uma completar a outra; e é importante a finalização de uma para se dar início à fase seguinte. Assim sendo, são importantes todas as fases do desenvolvimento para se chegar a fase adulta.

A concepção de infância foi se ampliando e a criança foi cada vez mais adquirindo seu espaço na sociedade. Com o passar do tempo, começaram a existir leis que protegiam a criança para que ela fosse reconhecida como cidadã e fizesse parte da sociedade e não fosse excluída da mesma. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2012, p. 128-129) “ressalta o surgimento de leis em prol dos direitos da criança e do adolescente, tendo como dever da família e do Estado garantir uma qualidade de vida para esses indivíduos”.

Diante desse acontecimento, outra lei que ajudou a transformar a realidade histórica da criança e sua infância no Brasil foi o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), instituído no ano de 1990, que aborda fatores como, “direito da criança a saúde, à vida, à liberdade, o respeito à dignidade, convivência familiar e comunitária, lazer, cultura, entre outros [...]” (BRASIL, 2006, p. 4).

Assim como relata o art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p. 132) “A criança precisa ser cuidada, zelada, olhada como um cidadão adotado de seus direitos a serem estabelecidos dentro da sociedade”. Revigorando a constituição de 1988, O art. 5º do ECA (BRASIL, 2006, p. 4) retrata que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos”.

Com este artigo, pode-se observar que a criança é muito mais do que pode-se imaginar. Ela é um ser inocente, que está em constante desenvolvimento, com seu intelecto em processo de formação. Seu desenvolvimento está intrinsecamente relacionado com o meio no qual ela se encontra inserida, evidenciando-se que é um dever de todos protegê-la para que sua infância seja o mais completa possível.

O art. 7º do ECA (BRASIL, 2006, p. 5) afirma que “a criança e o adolescente têm direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso”. Ou seja, é dever de todos, mas principalmente do Estado, cuidar da criança desde o momento em que ela nasce assegurando a

sua vida e sua saúde para que sejam mais prazerosas, gerando um favorecimento que ajudará a ela ter uma qualidade de vida com dignidade.

A criança e o adolescente precisam ser respeitados em sua totalidade e suas especificidades. Seus princípios precisam ser bem estabelecidos, pois estão em fase de desenvolvimento, e, assim como os adultos, precisam ser olhados como indivíduos, com seus direitos garantidos por leis, assim como está presente no ECA em seu art. 15 (BRASIL, 2006, p. 7): “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Assim como os direitos citados acima a criança e o adolescente podem estar presentes nos meios em que eles se sintam favorecidos, frequentar lugares públicos e comunitários. É preciso respeitar seu senso crítico e seus pensamentos, pois vivemos em uma sociedade democrática e os mesmos fazem parte dessa sociedade, visto que suas crenças e a vida política estão dentro da sociedade onde a criança e ao adolescente estão inseridos. Como afirma o art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Além desses direitos, a criança e o adolescente precisam brincar e participar de esportes diversos para se divertir e interagir, isso também faz parte do seu desenvolvimento” (BRASIL, 2006, p. 7). Já no art. 53 é citado que

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único- É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 2006, p. 18).

É direito da criança e do adolescente frequentar a escola, fazer parte de toda a instituição escolar, respeitando seus professores e colegas de escola e sendo respeitados por eles. Seus responsáveis podem fazer parte da escola também, estar inseridos nas propostas pedagógicas como comunidade externa, ajudando a melhorar a qualidade de ensino desses indivíduos.

2.1 VIOLÊNCIA

Segundo Sznick (2001, p. 72), violência é toda forma de contato com outra pessoa que não seja permitida pela mesma, ou que cause danos prejudiciais para esse indivíduo, podendo

ser danos psicológicos, físicos e cognitivos. Lembrando que, muitas vezes esse fato pode se originar por meio de uma ameaça inicial que ninguém tenha percebido, até mesmo a vítima. Essa violência pode partir diretamente de uma pessoa com quem a criança tenha uma grande ligação. Para maior esclarecimento Sznick (2001) traz a seguinte afirmação:

A violência é a coação que atua corporalmente visando remover uma oposição esperada. É a coerção sobre a vontade, servindo-se de força física sobre a pessoa para vencer uma resistência oposta. Violência é a força material física, vertida para o externo e que causa um prejuízo físico (SZNICK, 2001, p. 73-74).

Baseado na visão de Sznick para uma ampliação sobre o assunto, é colocado que “violência é todo ato que implica o emprego ilegal e abusivo da força, de modo imprevisível e forte, provocando na vítima um sofrimento de origem física ou moral” (SZNICK, 2001, p.83). Para uma maior observação sobre a importância do fato, evidenciam-se alguns dados sobre o índice de violência no Brasil, para percepção do quão grande é:

Doze estados brasileiros foram classificados como de alta vulnerabilidade juvenil à violência, sendo oito da região Nordeste e quatro da região Norte. Das nove Unidades da Federação com média vulnerabilidade, três são da região Norte, dois do Centro-Oeste, dois da região Sudeste, um da região Sul e um da região Nordeste. Na faixa de menor vulnerabilidade estão dois estados do Sudeste, dois da região Centro-Oeste e dois da região Sul (BRASIL, 2017, p. 27).

Observa-se que os dados são preocupantes, e os índices da citação acima mostram a violência no modo geral. Quando se trata de violência praticada diretamente contra a criança é alarmante, devido a proporção do número dos casos. A seguir, apresentam-se dados que revelam o índice que trata especificamente do abuso infantil, o qual é o tema central desta pesquisa. Ainda aponta-se claramente que os maiores agressores são principalmente indivíduos pertencentes a sua própria família.

1 criança é sexualmente abusada a cada 4 segundos;
1 em cada 3 garotas e 1 em cada 4 garotos são abusados sexualmente antes dos 18 anos;
90% das vítimas são abusadas por pessoas que elas conhecem, confiam e amam;
Somente 1 em cada 4 garotas e 1 em cada 100 têm o abuso sexual sofrido denunciado;
50% das vítimas se tornam abusadores;
Durante uma vida, um pedófilo ativo em média abusa de 206 crianças ou adolescentes (MONTEIRO FILHO; ABREU; CALVI, 1997, p. 4).

É possível perceber claramente o quanto são preocupantes os números em relação aos casos de abuso contra crianças, assim como também as consequências que o ato de violência irá implicar na vida desses indivíduos, envolvendo muitos aspectos, sendo no cognitivo, social ou afetivo. Inclusive, a criança abusada pode ela mesma se tornar um futuro abusador como mostram os dados.

Além de ser alarmante que esse abuso esteja alastrado pela sociedade, bem como o número de indivíduos que são abusados por uma pessoa, é necessário que se denuncie esses atos, de modo a garantir a segurança de todas as partes, caso contrário os abusos continuarão a serem praticados na sociedade.

2.2 ABUSO SEXUAL INFANTIL

Segundo Monteiro Filho, Abreu e Calvi (1997, p.6) “abuso sexual infantil é toda forma de relação com a criança que não foi concedida pela mesma”. É um ato usado para gratificação sexual, praticado por uma pessoa mais velha, baseado em uma relação de poder, pois o agressor, além de usar de suas ameaças, também usa da sua força física. Na questão de ameaças, quando o abusador não se faz parte da família da vítima, pode fazer ameaças voltadas contra a família da mesma, conseqüentemente fazendo com que a criança se feche, como mostra Zwahlen:

[...] A situação do abuso deixa a criança numa profunda confusão mental e emocional sobre o que está certo ou errado, sobre se deve obedecer ou não. Não podemos esquecer que no contexto de abuso estão a manipulação e a ameaça. Aos olhos da criança este adulto é capaz de fazer qualquer coisa para conseguir o que ele quer. Ela sente a responsabilidade de proteger sua família de qualquer dano que aquela pessoa toda poderosa possa causar-lhe (ZWAHLEN, 2000, p. 40).

Nas situações de abuso, também temos o abusador integrante da família da vítima, pois, como citado ao longo da pesquisa, na maioria das vezes o abusador faz parte da relação familiar e vive sobre o mesmo teto que o abusado. Assim, o ato caracteriza-se como violência intrafamiliar. Nesse tipo de violência, é envolvido grau parentesco entre a vítima e o abusador, como nos diz Fátima (2007):

Violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que ponha em risco ou prejudique o bem-estar, segurança, integridade física, psicológica, a liberdade e o direito ao desenvolvimento de outra pessoa que convive ou não sob o mesmo teto. Sendo habitual encontrarmos nesses casos, o uso da força física incluindo o incesto, agressão e lesões físicas e abusos sexuais (FÁTIMA, 2007, p. 31).

O abuso ocorre entre as diversas populações, independente de suas situações sociais e econômicas, pois é um ato que não se caracteriza por pessoas pobres ou sem conhecimento, mas sim por pessoas que tenham essa atitude cruel contra a criança. Sobre esses aspectos, Fátima (2007), afirma que:

Como podemos ver, a prática sexual em crianças e adolescentes está disseminada por todo o Brasil e trata-se de um fenômeno complexo que não está ligado somente à pobreza e à miséria, mas também a questões culturais como o machismo, o

preconceito racial e a ideia de que o adulto tem poder sobre a criança e ao adolescente (FÁTIMA, 2007, p. 12).

Além da violência intrafamiliar citada anteriormente, existe a caracterização de outras duas, sendo: extrafamiliar, que é praticada pelas pessoas próximas da criança, e a exploração sexual comercial, que nada mais é que a exibição e venda de sua imagem. A seguir Monteiro Filho, Abreu e Calvi esclarecem sobre:

Abuso sexual extrafamiliar: o abusador na maioria das vezes é alguém que a criança conhece e confia: médicos, educadores, padres e pastores, responsáveis por atividades de lazer, entre outros; Exploração sexual comercial: [...] relação comercial envolvendo três protagonistas: a criança (sempre uma vítima), seu abusador e um intermediário, o aliciador. [...] O uso comercial de crianças com objetivos sexuais envolve um mercado que movimentava bilhões de dólares por ano, onde crianças e adolescentes são mercadorias de grande valor (MONTEIRO FILHO; ABREU; CALVI, 1997, p. 12).

Segundo Monteiro Filho, Abreu e Calvi (1997, p. 7) existem diversas formas de contato referentes ao abuso sexual contra a criança, sendo ele com ou sem o contato físico. Sendo os sem contatos físicos: verbais, gestos obscenos, exibicionismo, *voyeurismo*⁵ entre outros. Já os atos que envolvem contato físico são classificados em: atos físicos-genitais e pornografia, prostituição de crianças e adolescentes. Para maior esclarecimento sobre cada um dos contatos citados, são apresentados os seguintes conceitos sobre os atos sem contatos físicos:

Abuso sexual verbal: conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los;
Exibicionismo: a intenção, neste caso, é chocar a vítima. O exibicionista é em parte motivado por esta reação. A experiência pode ser assustadora para as vítimas;
Voyeurismo: a voyeur obtém sua gratificação através da observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, estando normalmente em local onde não seja percebido pelos demais. A experiência pode perturbar e assustar a criança ou o adolescente. A internet é hoje a grande vitrine para o voyeur;
Gestos obscenos: mostrar para crianças fotos ou vídeos pornográficos, fotografar crianças nuas ou em posições sedutoras com objetivos sexuais (MONTEIRO FILHO; ABREU; CALVI, 1997, p. 8).

A seguir, são apresentados os conceitos respaldando o que foi citado anteriormente, sobre os atos com contato físico direto à vítima:

Atos físico-genitais: incluem relações sexuais com penetração vaginal, tentativa de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação sexo oral e penetração anal;
Pornografia e prostituição de crianças e adolescentes: são essencialmente casos de exploração sexual visando fins econômicos (MONTEIRO FILHO; ABREU; CALVI, 1997, p. 9).

⁵ Voyeurismo: desordem sexual que consiste na observação de uma pessoa no ato de se despir, nua ou realizando atos sexuais e que não se sabe observada; mixoscopia

Para completar o que Monteiro Filho, Abreu e Calvi (1997) dizem acerca dessa temática, Fátima (2007) coloca ainda que “a violência sexual praticada em crianças e adolescentes pode se manifestar de diversas formas, sendo as de maior ocorrência: o abuso sexual dentro da própria família e a exploração sexual para fins lucrativos”. Nesse caso, essa agressão sobre a criança não só implica na sua vida social, mas também em sua aprendizagem, pois é um fato muito marcante e inesperado pela criança. A violência sexual antecipa muitos aspectos que não eram apropriados para aquela idade, causando um grande dano na sua estrutura como um todo.

3 CONSEQUÊNCIAS NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

O ato de violência praticado contra a criança deixa várias marcas, tanto na sua personalidade, quanto no seu social, afetivo e cognitivo, pois é algo que nenhum indivíduo está preparado para se submeter. O abuso vai muito além do que ela é capaz de suportar, ou seja, provocará uma mudança forçada de modo geral no indivíduo.

Devido a essa mudança brusca, irão ficar sequelas graves a essa criança, como ressaltam Borges e Aglio (2008): “o abuso sexual infantil é considerado um evento traumático e pode ser um fator de risco e desenvolvimento, devido às severas sequelas emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas associadas à sua ocorrência”. Diante do ato praticado pela própria relação sexual dita, Charam (1997, p. 182) coloca que: “O estupro é uma experiência desmoralizadora, despersonalizadora, degradante, que provoca numerosos sentimentos e alterações de comportamento [...]”.

Então, a criança se sente sozinha, passa a não confiar em ninguém e isso vai acarretando inúmeros fatores, pois ela acaba guardando tudo para si, e sem ajuda e o auxílio necessário, a violência sofrida, além de afetar o seu lado social e afetivo, vai afetar profundamente o seu cognitivo, ocasionando o seu baixo rendimento escolar e desinteresse pela escola. Ela começa a dar indícios de que algo está errado a partir do momento em que começa a fazer coisas que não eram de costume, muitas vezes sendo esses assuntos tratados com pouco interesse por parte da pessoa que convive com ela. O autor Charam (1997) traz alguns fatores que se desencadeiam na criança, sendo eles:

Distúrbios do sono, como pesadelos, urinar na cama, medo de dormir sozinho, necessidades de luz acesa no quarto, súbita perda ou aumento de apetite. Ou podem surgir novos medos, necessitando de mais tranquilização do que no passado. Pode haver retorno a um comportamento mais infantil. Pode ainda, haver revolta contra um dos pais (CHARAM, 1997, p. 202).

Considerando os sinais descritos pelo autor, é preciso enfatizar que são fatores que devem ser muito bem observados, pois na maioria das vezes acabam passando despercebidos, muitas vezes por falta de conhecimento e sabedoria dos indivíduos que convivem com a criança abusada. Em casos mais extremos, a criança começa cada vez mais a ter sintomas piores e mais preocupantes. Algo de grande valia para analisar sobre o quão vai ser comprometedor e prejudicial para sua aprendizagem, é citar os fatores que vão influenciar para seu psicológico devido a essa má experiência, como afirma Furniss (1993) e Knutson (1995) *apud* Amazarray e Koller (1998):

A idade da criança no início do abuso sexual: não se sabe em qual idade há maior prejuízo;
 Duração do abuso: algumas evidências sugerem que maior duração produz consequências mais negativas;
 O grau de violência: uso de força pelo perpetrador resulta em consequências mais negativas tanto a curto como a longo prazo;
 A diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima: quando maior a diferença, mais grave são as consequências;
 A importância da relação entre abusador e vítima: quanto maior a proximidade e intimidade, piores as consequências;
 A ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social: nesses casos, o dano psicológico é agravado;
 O grau de segredo e de ameaças contra a criança (FURNISS, 1993; KNUTSON, 1995 *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 1998 p.10)

Essa vulnerabilidade também irá se apresentar das seguintes formas:

Podemos observar mudanças bruscas no comportamento como a falta de apetite, de sono, mantém-se em sistema de isolamento;
 São traumatizadas pela vergonha, pelo terror, reprimem falar do assunto, sofrem de depressão, descontrole emocional. Anorexia, dificuldade de aprendizado, problemas de concentração, digestivos, fobias, sensação de star sempre sujo. Em casos mais extremos, tentativas de suicídio ligadas ao trauma;
 Observa-se também a erotização do afeto e o interesse excessivo ou repressão da natureza sexual. Até porque cada um reage ou atua diante da infeliz situação de acordo com o seu mundo íntimo (FÁTIMA, 2007, p. 59).

Diante dos fatores apresentados pela autora, é possível compreender que a criança que sofreu algum tipo de violência sexual, além das consequências físicas, passa a ter consequências sociais, emocionais e cognitivas, fazendo inclusive com que passem a ter outra visão de mundo.

Devido a tantas ocorrências acontecidas com ela, algumas começam a culpar a si próprias, tentando justificar o ato imprudente e criminoso do adulto a um fato ou situação que elas próprias causaram, ou seja, que por erro delas sofreram o abuso, prejudicando dessa forma seriamente sua saúde mental, consequentemente prejudicando todo seu cognitivo, pois um fator leva ao outro. Sobre a questão de culpa, Zwahlen (2000), observa algo muito importante, e considera que a criança:

[...] se sente envergonhada, humilhada, e pensa que está suja e não merece o crédito nem o apoio de outros adultos. A primeira reação da criança é sentir-se culpada pelo o que aconteceu. Como se ela tivesse poder de evitar que essa pessoa mais forte a ferisse (ZWAHLEN, 2000, p. 39).

O fato de se sentir inferior às demais pessoas coloca a criança em uma situação ainda mais delicada: além de todos esses fatores, tem o lado afetivo, pois para uma boa aprendizagem é necessário o afeto, carinho, amor entre outros aspectos necessários para que esse processo se concretize corretamente. Ou seja, sem o afeto e significados, essa criança não terá sua aprendizagem desenvolvida completamente, ou até mesmo não irá aprender.

Para deixar mais claro sobre os sintomas que a criança vai apresentar refletindo em sua aprendizagem, Finkelhor (1993) *apud* Amazarray e Koller (1998), dividiu os efeitos em três momentos, sendo eles relacionados à idade pré-escolar 0 a 6 anos, escolar de 7 a 12 anos e adolescência de 13 a 18 anos, com as seguintes classificações dos sintomas mais comuns em cada uma delas:

Os sintomas mais comuns em pré-escolares são: ansiedade, pesadelos, transtorno de stress pós-traumático e comportamento sexual inapropriado. Para as crianças em idade escolar, os sintomas mais comuns incluem: medo, distúrbios neuróticos, agressão, pesadelos, problemas escolares, hiperatividade e comportamento regressivo. Na adolescência, os sintomas comuns são: depressão, isolamento, comportamento suicida, auto-agressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, abuso de substâncias e comportamento sexual inadequado (FINKELHOR, 1993 *apud* AMAZARRAY; KOLLER, 1998 p. 11)

Além de todos esses fatores de aprendizagem esclarecidos, vai ocorrer, na grande maioria das crianças, uma mudança brusca em sua personalidade, pois “a criança ou adolescente sexualmente abusado com violência sofre um esmagamento de sua afetividade. Torna-se uma criança dura, aparentemente insensível, ressentida e vingativa” (ZWAHLEN, 2000, p. 49-50).

Diante de todos os aspectos apresentados relacionados à aprendizagem da criança, se fazem importantes e totalmente necessários a presença e auxílio do professor, para que aproxime essa criança e possa ajudá-la, pois é ele que com mais facilidade irá perceber que algo está errado, devido a afetar totalmente sua aprendizagem e estar frequentemente em convívio com a mesma.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DIANTE O ABUSO SEXUAL INFANTIL

O professor é o mediador do conhecimento na instituição de ensino. Muitas vezes o aluno se remete à imagem desse educador, pois é a referência que ele tem mais próxima para uma interpretação mais adequada das suas vivências. O docente, que por muito tempo fez o seu papel de trabalhar com a educação formal, hoje com muitas mudanças pelas quais o mundo passou e tem passado, precisa ter um olhar mais complexo, amplo, crítico da realidade existente nos dias atuais. O aluno na sua totalidade tem se tornado cada vez mais o foco do professor, as suas experiências fazem parte também da escola, pois o mediador tem como trabalho a formação de cidadãos, com seus direitos, deveres e valores a serem obtidos como relata Zwahlen (2000):

[...] fica claro que a educação é um pouco mais do que simplesmente aprender ler, escrever, ter domínio das principais funções matemáticas, poder expressar-se num português correto, conhecer a história do Brasil. A educação está associada principalmente à capacidade de emitir juízo, e seu senso de responsabilidade moral e social (ZWAHLEN, 2000, p.63).

Cabe destacar que é preciso ir além quando se fala em educação, pois é nela que podemos desdobrar questões que por muito tempo passaram a ser passivas em nossas vidas. O professor precisa ter um algo a mais na sua formação e que muitas vezes ele não encontrou no seu meio acadêmico, e sim nas suas vivências pessoais. Os valores morais não podem ser deixados de lado dentro da escola, pois eles fazem parte da formação do ser humano. Esses valores que mexem com a moral e a ética são essenciais para um princípio, e devem ser bem trabalhados se assim quisermos pessoas com conhecimentos mais crítico, nesse contexto Freire (2002) relata que:

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica (FREIRE, 2002, p. 45).

Segundo Freire (2002), o professor não deve poupar oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que se comporta ao discutir um tema, ao analisar um fato, ao se expor em uma decisão governamental.

O aluno abusado, na maioria das vezes, se sente mais seguros com pessoas de fora do que com os da sua própria família. Nesse contexto, o professor pode ser um porto seguro para o aluno, para que o mesmo crie um vínculo de confiança com o educador.

Além dos pais, o professor precisa estar atento às mudanças que existem nos seus alunos, pois nem sempre o educando se sente confortável em falar sobre assuntos que

acontecem na sua realidade e que podem interferir no seu desenvolvimento como ser humano e cidadão como remete Zwahlen (2000):

Os pais, educadores, obreiros e todos aqueles que trabalham com crianças devem estar atentos aos sinais de alerta, observar constantemente os filhos e alunos, estar conversando, para detectar logo quando alguma coisa não vai bem (ZWAHLEN, 2000, p. 77).

É muito delicado quando o professor percebe algum tipo de abuso no aluno. Ele precisa conquistar o resto de confiança que ainda está nesse nele, o que muitas vezes é um trabalho minucioso, cuidadoso, para poder chegar ao objetivo esperado com o mesmo, pois na maioria das vezes esse indivíduo sofreu um abuso de uma pessoa próxima ou até mesmo de um familiar, como relata Zwahlen (2000): “Ela foi traída por um adulto, por isso sente-se insegura, com baixa autoestima, com medos que não tinha antes. Sua identidade pessoal torna-se confusa, sua afetividade reprimida”.

O aluno é o centro da escola, o foco mais importante, pois na maioria das vezes passa mais tempo dentro da instituição de ensino do que na sua própria casa. Entretanto, todos que fazem parte dessa instituição precisam estar cada vez mais atentos para os acontecimentos que os alunos passam, principalmente quando se observa algum tipo de abuso no aluno. Diante desse pressuposto Ristum (2010) afirma que:

A importância da escola no enfrentamento da violência doméstica e familiar fica ainda mais evidente quando se considera que crianças e adolescentes têm contato diário e prolongado com ela e com seus profissionais e quando se coloca que, em grande parte dos casos, ela se constitui na única fonte de proteção, especialmente para as crianças e adolescentes que têm familiares como agressores e não encontram, em outros membros da família, a confiança e o apoio necessários à revelação da violência (RISTUM, 2010, p. 238).

De modo geral, é nítida a importância do professor nesse processo, assim como todo o restante das pessoas da instituição escolar, principalmente na educação infantil, com o cuidar e o educar, para que elas aprendam o que é certo ou errado, a fim de incentivar a contar quando algo lhe incomodar. Se nada foi descoberto em casa e esse indivíduo continua a se calar e guardar para si, é com as pessoas mais próximas a ele que terá possibilidades de ele deixar transparecer algo, ou realmente até se abrir e contar toda a situação.

4 A ESCOLA FRENTE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

A escola, assim como todos os profissionais da educação atuantes nela, tem um papel de grande importância diante da problemática apresentada neste artigo, pois é o ambiente

onde grande parte das crianças passa seus dias, ou seja, fora seus familiares, são os profissionais que trabalham na instituição que irão passar maior tempo com ela.

Diante dessa perspectiva, deixa-se claro que a escola não tem somente o papel de educar, mas compreender, assim como construir o todo desse indivíduo, levando em conta todos seus aspectos, sendo ele relacionado à sua educação ou não. Frente a isso “ao educarmos nossas crianças, temos que prover-lhes oportunidades, habilidade e recursos para que adquiram capacidade de escolher e decidir o que for melhor para si mesma, e estabelecer seus padrões morais e sociais” (ZWAHLEN, 2000, p.64).

Na maioria das vezes o indivíduo não consegue identificar as pessoas de boa e má índole, de quem ele pode e não pode se aproximar, pois a imaturidade não o deixa ter essa visão sobre as pessoas, então a identificação de um abusador fica mais difícil, pois nem sempre o mesmo é alguém próximo da criança, e também existem aqueles que estão bem perto do indivíduo, mas ele não consegue observar se essa pessoa pode ou não lhe fazer algum mal. Charam (1997) relata que:

Porém um problema é que as crianças podem não saber exatamente quem é um estranho e quem não é. Ficam sem saber por que são alertadas acerca de estranhos, mas não sobre pessoas conhecidas. E esses avisos podem deixar a criança não preparada para o que usualmente acontece. Muitas crianças repito, que sofrem abuso sexual são vítimas de quem elas conhecem (CHARAM, 1997, p. 199).

Esse indivíduo irá precisar de ajuda o quanto antes, pois caso não haja auxílio de nenhuma das partes envolvidas no seu meio, ele irá começar o processo de aceitação, no qual ele realmente precisa passar por aquilo e conseqüentemente o abuso ocorrerá com maior duração. Nesse caso deve ser trabalhado e bem orientado esse aspecto com a criança, de que ela precisa contar o que está acontecendo, desenvolvendo essa relação por meio da escuta, pois é o primeiro passo a ser seguido e após o seu aconselhamento/prevenção. Charam (1997) diz que:

O aconselhamento é de suma importância para que ela seja encorajada a verbalizar suas emoções; o conselheiro, com a escuta ativa, pode compreender melhor a vítima e o evento, antes de ser discutido um caminho a ser seguido (CHARAM, 1997 p. 183)

Diante o contexto, se faz necessário a escola como medida preventiva e acolhedora, criar práticas pedagógicas, sendo uma maneira de diminuição dos casos. Essas práticas podem ser aplicadas de diversas maneiras, mas a principal é trazendo o assunto para sala de aula, de maneira que venha a abranger diversas disciplinas, pois se deve ter cuidado e orientações

antes do ato consumado para que realmente seja efetivo e não venha a ocorrer o abuso. Diante disso, Zwahlen (2000) afirma que:

A educação sexual dada no lar ou nas escolas deve ser orientada para alguns alvos específicos, que devem ser claros para o professor, os pais e os alunos. São eles:

1-Combater a ignorância – estabelecer a diferença entre realidade, os perigos potenciais em todos os níveis, divulgar informação adaptada a cada um e as suas necessidades.

2-Afirmar aos pais, sua competência e responsabilidade educativa, reforçando seu papel como os principais protetores de seus filhos pequenos e adolescentes.

3-Desenvolver nas crianças o sentido de seus direitos, de sua liberdade, o discernimento e a capacidade de colocar seus limites, de se proteger e de buscar ajuda, como também a disposição de relatar tudo abertamente às pessoas de sua confiança.

4-Ajuda a criança e ao adolescente a desenvolver um sentimento de responsabilidade pessoal por ser próprio corpo, sua sexualidade, sabendo das consequências morais e sociais do comportamento sexual.

5-Dar às crianças e adolescentes que estejam sofrendo, a certeza de que podem se abrir, falar de seus problemas, pois encontrarão apoio de adultos capazes e confiáveis (ZWAHLEN, 2000, p. 67-68).

Diante os fatos já citados, Zwahlen afirma novamente sobre a prevenção:

Vale a pena prevenir. Vale a pena alertar os pais, educadores e professores, para que divulguem as informações, conversem, observem as crianças e adolescentes para evitar que abusos continuem a destruir a vida e alma dessas crianças (ZWAHLEN, 2000, p. 51).

Por isso que é preciso fazer trabalhos voltados às necessidades do aluno em questões que podem mexer com a sua moral, com a sua qualidade de vida, pois o abuso interfere no indivíduo de uma forma que pode prejudicá-lo na sua totalidade. A prevenção sempre será uma estratégia para transformar essa realidade, por mais que não se possa cessar esse problema, mas amenizá-lo.

Nessa mesma perspectiva em relação à prevenção do abuso sexual, a Organização Mundial de Saúde (OMS) coloca as medidas preventivas classificadas em prevenção primária, secundária e terciária, sendo elas:

Prevenção primária: aquela que tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem a violência contra a criança e ao adolescente, atuando nas suas causas;

Prevenção secundária: aquela que tem como objetivo a detecção precoce de crianças ou adolescentes em situação de risco, impedindo os atos de violência e/ou sua repetição. Atua em situações já existentes;

Prevenção terciária: aquela que tem como objetivo o acompanhamento integral da vítima e do agressor (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2010).

Devido à delicadeza do assunto ao ser tratado ou abordado, os profissionais envolvidos nesse contexto devem ter um preparo muito grande, para que saibam como fazer a

tratativa correta. Para prestar o devido apoio e orientações, se faz necessário que o profissional tenha muitas habilidades e conhecimentos sobre o assunto.

A escola tem o papel de prevenir, tomar decisões necessárias diante o abuso e de reintegrá-lo novamente ao meio em que pertence, porém não deve resolver e nem tentar solucionar o problema sozinha, pois irá precisar de ajuda de órgãos e outras pessoas envolvidas na área como afirmam Monteiro Filho, Abreu e Calvi:

O abuso sexual é um assunto delicado e perturbador, pois implica na violação de tabus sociais como o incesto, passando a causar desconforto na família e entre profissionais envolvidos. Como a natureza do abuso sexual infantil é complexa, é necessário que médicos, psicólogos, outros profissionais de saúde, da área jurídica, assistentes sociais, professor e a sociedade em geral trabalhem para facilitar a descoberta e a revelação dessa prática, para que soluções de fato possam ser viabilizadas (MONTEIRO FILHO; ABREU; CALVI, 1997, p. 5).

Frente a esse aspecto, ao tomar conhecimento sobre o fato, a instituição de ensino deverá fazer notificações aos órgãos competentes ao assunto, para que se obtenham as providencias legais necessárias, fazendo com que essa criança tenha todo apoio e proteção. Essas notificações na maioria das vezes são tratadas por: Conselho Tutelar, Delegacia da criança vítima de violência, CRAS, Unidade de Saúde, entre outros. Além de serem encaminhadas a psicólogos, psiquiatras entre outros profissionais para que supere esse trauma vivido, ou seja, todos os órgãos, instituições e profissionais envolvidos se remetem a uma rede de proteção para a criança vítima do abuso sexual.

Vale considerar que a escola não deve cogitar em fazer a tratativa do caso sozinha, mas sim com o papel de prevenção e acolhimento da vítima. Após a descoberta ou desconfiança do abuso deve encaminhar para os profissionais responsáveis para que seja tratado o caso, como já citado. Monteiro Filho, Abreu e Calvi (1997) enfatizam esse fato e indicam que:

[...] providências poderão ser tomadas junto aos Conselhos Tutelares, autoridades judiciais, autoridades policiais, promotorias de justiça, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e Programas SOS- Criança. Para que se garanta que o abuso sexual cesse e que a criança e ao adolescente estejam realmente protegidos de novas agressões, algumas medidas devem ser tomadas. Através da via judicial ou através dos Conselhos Tutelares, uma equipe interdisciplinar do Juizado, composta por psicólogos, assistentes sociais e médicos legistas, fará um estudo do caso apontando soluções para que o juiz tome as medidas legais cabíveis (MONTEIRO FILHO; ABREU; CALVI, 1997, p. 32).

Como a maioria dessas crianças retornam para a escola depois um tempo, após todo procedimento devido, entra o papel da escola como acolhedora e de reintegrar essa criança ao meio. Deverá ser feito todo um trabalho com essa criança que sofreu o abuso, para que ela se

sinta “normal” novamente, pois devido todo o acontecido, ela infelizmente irá ficar com a mente um pouco modificada, pensando que não é mais como a maioria das crianças.

A escola, por meio das práticas e atividade pedagógicas, irá reconstruir o “eu” dessa criança, fazendo com que ela volte a sua rotina normal na escola, no brincar, no relacionar, na realização de suas atividades, para que não interrompa ou atrase sua aprendizagem, pois devido ao trauma vivenciado e sofrido essa criança terá uma maior dificuldade na sua aprendizagem.

Logicamente, nesse caso a escola trabalhará junto a profissionais especializados que irão desenvolver esse trabalho como, afirma Charam (1997, p.199) dizendo especificamente sobre um dos profissionais que fazem esse trabalho conjunto “O papel do terapeuta é de restaurar o bem-estar emocional, social, físico, sexual e no trabalho e estudos”, e também junto à família nos casos em que o abuso não veio por parte da mesma. Além de todo o auxílio na parte cognitiva, a criança terá a ajuda relacionada com a parte afetiva, pois toda criança precisa de afeto, como afirma Zwahlen (2000, p.25) “Toda criança nasce com a necessidade básica de receber afeto, carinho, amor, aceitação, aprovação”, então ela necessita desse laço afetivo não só para sua aprendizagem, mas para seu desenvolvimento no geral e futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente artigo trouxe várias informações retratando o abuso sexual na infância e seu impacto nos processos educacionais. A princípio, foi resgatado o histórico da criança, quando se observou que não tinha valores sociais estabelecidos antigamente como se evidencia na atualidade, bem como seus direitos não existiam de forma legalizada, apesar de a criança constituir-se como um ser humano que está em constante desenvolvimento e aprendizagem, ela não tinha nenhum tipo de vínculo com a sociedade e nem direito sobre ela.

Com o passar do tempo à criança começou a ser observada e percebida pela sociedade como um indivíduo com peculiaridades que precisavam ser consideradas, foi então que houve a necessidade de implantações de leis para que ela pudesse ter os seus direitos como cidadã. Uma das leis implantadas foi a Constituição de 1988, que relata que é dever da família, da escola e do Estado assegurar à criança e ao adolescente seus direitos para uma melhor qualidade de vida na sociedade. Para revigorar os deveres da sociedade com a criança e o adolescente, foi criado o ECA Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual se reforçam seus direitos, promulgados na Constituição de 1988.

Por meio da pesquisa qualitativa e bibliográfica foi feita a busca de informações em artigos, teses, dissertações e livros, relatando questões sobre a violência, e abordando os diversos tipos de violência, se enquadrando dentre elas o abuso sexual, e o quanto esse ato implica no processo de desenvolvimento e formação do sujeito, podendo também trazer possíveis problemas no cognitivo desses indivíduos, prejudicando sua aprendizagem.

Diante a problemática apresentada, colocou-se a importância da escola frente ao problema, devido ser o local onde esse indivíduo vai desenvolver e adquirir o seu conhecimento, bem como passar grande parte do seu tempo. Em um primeiro momento a escola deve proporcionar estudos voltados para área da sexualidade, a fim de prevenir e educar para que a criança entenda que o seu corpo é intocável, principalmente por pessoas desconhecidas, e para que ela adquira conceito do que é certo ou errado diante o assunto, ou seja, fornecendo uma educação integral dessa criança.

Em um segundo momento, a escola tem o papel na identificação do problema, pois os educadores devem estar atentos a todos os sinais de alerta que a criança apresente. Após a identificação, a escola irá encaminhar o caso para os órgãos responsáveis para ser feito todo o procedimento necessário e correto.

Quando essa criança retornar para a escola é preciso cuidado redobrado para que não ela não seja exposta e o trabalho a ser realizado com ela seja eficaz e cauteloso, a fim de atender suas necessidades de maneira específica. Devido ao trauma ocorrido, ela provavelmente não vai estar no mesmo ritmo de antes e das demais crianças da classe.

Diante dessa problemática se fazem necessários profissionais capacitados, para que caso venha a ocorrer o abuso sexual, eles saibam como lidar com a situação, tomando as atitudes corretas e com cautela. Essa capacitação será por meio das formações continuadas, principalmente devido a serem profissionais da educação. Os aprofundamentos em estudos e conhecimentos não devem encerrar, mas ocorrer de forma continua buscando cada vez mais entendimentos sobre essa temática e os outros inúmeros assuntos voltados para a educação.

Diante dos contextos abordados é necessário gerar uma reflexão sobre o abuso sexual por parte de toda a sociedade, não somente por aqueles que estão envolvidos diretamente nos casos, como, por exemplo, a família e a escola. Por ser um fato que se tornou mais evidente na sociedade, é importante que todos estejam atentos. Então, é dever da pessoa que presenciou algum destes fatos ou outros intervir para que o abuso não ocorra; mas essa pessoa não deve agir sozinha. Ela deverá buscar o auxílio de autoridades. Para que ninguém saia machucado, ou com danos piores, é preciso visar a segurança tanto da vítima quanto da pessoa que prestou socorro.

Ressalta-se que é importante que se dê continuidade à pesquisa, por ser um assunto de grande extensão e que infelizmente não será encerrado de forma total, ou seja, a qualquer momento, se não houver atenção e cuidados por parte dos indivíduos integrantes na sociedade, o abuso sexual pode vir a ocorrer novamente. Então é preciso ser um trabalho desenvolvido e esclarecido com maior frequência, em todos os estabelecimentos, como casas familiares, ambientes escolares, centros médicos, parques, entre outros estabelecimentos frequentados por pessoas, além de materiais que podem ser fornecidos a fim de esclarecer dúvidas e ajudar diante o problema.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000300014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 out. 2018.

ARIËS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**: O sentimento da infância. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. **Infância, educação e direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Jeane Lessinger; AGLIO, Débora Dalbosco Dell'. **Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300013. Acesso em: 27 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Emenda Constitucional. Decreto Legislativo, Brasil. I. Título, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Instituto de Ação Social do Paraná, IASP, 2006.

BRASIL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/215>. Acesso em: 25 out. 2018.

CHARAM, Isaac. **O estupro e o assédio sexual**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FÁTIMA, Elena. **Violência sexual na criança e no adolescente**: Violência sexual. Rio de Janeiro: Léon Denis, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **O Trabalho Infantil e as Políticas Públicas para a sua Erradicação no Brasil**: O Pensar Sobre a Infância e a Educação. 2016.

Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16451_9346.pdf. Acesso em: 02 set. 2018.

MONTEIRO FILHO, Lauro; ABREU, Vania Izzo de; CALVI, Gian. **Abuso Sexual: Mitos E Realidades**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes Associados, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Manual de avaliação de programas e de prevenção a violência**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1212-observatorios-violencia-melhores-praticas-2&category_slug=acidentes-e-violencias-086&Itemid=965. Acesso em: 25 out. 2018.

RISTUM, Marilena. **A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola**, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a19.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SZNICK, Valdir. **Assédio sexual e crimes sexuais violentos**. São Paulo: Ícone, 2001.

VIGOTSKI, Lev Semyonovich.; LURIA, Alexander Romanonovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução: Maria Da Penha Villalobos. 6. ed. São Paulo: Ícone, 1998.

ZWAHLEN, Isabel. **Abuso Sexual: prevenção e cura**. São Paulo: Bompastor, 2000.